

REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007. 317p. ISBN 978-85-7478-213-bem.

Philippe Racy Takla*

A presente obra é fruto da tese de doutorado do Prof. Dr. Marcelo Rede apresentada à Universidade de Paris – Sorbonne, sob o título *L'appropriation de l'espace domestique à Larsa: la trajectoire de la famille Sanum*. A base da obra consiste na coleção de tábuas cuneiformes, que se encontra hoje no Museu do Louvre, referente a contratos imobiliários ligados a quatro gerações da família Sanum, que viveu na antiga cidade-reino de Larsa, sítio de Tell Senkereh, a 270 quilômetros ao sul de Bagdá, entre 1840 a.C. e 1743 a.C. Estes noventa anos testemunharam dois importantes períodos da história política da cidade: a fase de independência sob os reinados de Wárad-Sin (1835-1823) e Rim-Sim (1822-1763) e a fase de domínio babilônico sob o comando de Hammu-rabi (1792-1750).

Os contratos analisados, frutos de atividade arquivística, são um rico instrumento para o estudo de apropriação imobiliária. De um total de 63 textos, 29 se referem à compra de imóveis; e o restante distribuído entre partilhas; pagamentos de compensação após a compra, fruto da anulação desta por decreto real; documentos judiciais relativos a disputas de terrenos; e por último, acordos entre as partes regulamentando a ocupação do espaço. A análise prosopográfica do conjunto de tabletes, realizada pelo autor, permitiu identificar os diferentes grupos sociais envolvidos e suas estratégias, bem como a dinâmica temporal das transações. A visão antropológica decorrente do estudo prosopográfico é enriquecida pela análise serial e estatística das informações, quando estas possuem caráter quantificável.

Ao analisar as transações imobiliárias do período o autor busca compreender até que ponto houve um verdadeiro mercado imobiliário e se a circulação da terra, como mercadoria, seria capaz de gerar lucros para uma classe de mercadores. Procura entender a dinâmica da transmissão do patrimônio intergeracional e os diferentes papéis dos envolvidos nesta transmissão: o primogênito, demais herdeiros homens e as mulheres da família bem como entender o papel das interferências do poder real na economia doméstica.

O livro conta com 317 páginas enriquecidas por gráficos e tabelas extremamente pertinentes. Após o primeiro capítulo, de caráter introdutório, o autor divide a obra em três partes: a primeira contendo os capítulos 2 e 3, a segunda, os capítulos 4, 5 e 6, e finalmente, a terceira parte, o capítulo 7, que precede a conclusão.

O primeiro capítulo é intitulado “Problemas, métodos e fontes”. Aqui o autor explana, com base em extensa bibliografia, diversos conceitos que norteiam a pesquisa da vida social e econômica na antiga Mesopotâmia. Inicia pelo estabelecimento conceitual da diferença entre família e grupo doméstico no período. Família é definida como grupo de pessoas relacionadas pelo parentesco, isto é, pela filiação ou casamento, podendo ter uma estrutura nuclear ou alargada, no primeiro caso, sendo composta pelo casal e seus filhos celibatários e, no segundo, constituída de membros de três ou mais gerações, sendo que os filhos casados normalmente habitam com seus pais. O autor defende que em Larsa, baseado na observação das transações imobiliárias, as famílias seriam constituídas, na maior parte dos casos, sobre um modelo nuclear de organização e por um padrão residencial predominantemente neolocal, onde os filhos partem do lar paterno quando se casam para

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Mestrando em Arqueologia. ptakla@uol.com.br

construir uma casa independente. A família Sanum apresenta-se com uma estrutura dividida em dois ramos nucleares, cada qual formando o centro de um grupo doméstico independente, com suas respectivas residências e patrimônios. A árvore genealógica presente é bem vinda para o entendimento das quatro gerações da família Sanum. O grupo doméstico seria formado a partir da unidade familiar que forma seu núcleo fixo e por pessoas ligadas a este, tais como escravos ou dependentes. Esta estrutura pode ser considerada como um empreendimento material mais vasto, composto por um conjunto patrimonial, meios de produção, mão-de-obra dentre outros. Também se caracteriza como uma entidade própria, autônoma, que nem sempre se iguala à lógica familiar.

Em seguida o autor discute o conceito de apropriação, sendo entendida como “conjunto de mecanismos que permitem o controle da realidade física”, dentre eles as práticas e regras de aquisição; os meios de impor uma forma física aos vários segmentos da realidade; os mecanismos de disposição como alienação e a transmissão; e todas as operações que conferem um sentido imaginário à coisa apropriada. Ressalta que objetos de apropriação podem ser materiais ou imateriais, sendo o espaço, objeto deste estudo, apropriado a partir de uma referência espacial, e, no que diz respeito ao estabelecimento, à manutenção e ruptura das relações de apropriação, a documentação escrita tem uma função esclarecedora maior da que poderia ser obtida através de dados arqueológicos. O sistema de apropriação doméstica resultaria do “acúmulo dos modos de acesso, de origem e de natureza diversas, na qual o grupo doméstico participa a diferentes títulos”. Três deles ocorrem na Mesopotâmia: a apropriação comunal pelo pertencimento à comunidade; a apropriação funcional obtida pela concessão de imóveis ou terrenos em troca de serviços prestados na administração palaciana; e, finalmente, a apropriação propriamente familiar, fundada nas relações de parentesco. Este terceiro modo de controle delimita uma categoria de bens que a família pode dispor mais livremente, inclusive permi-

tindo o ato da alienação, mas submetida às limitações das relações de parentesco, que serviam como vetores do movimento dos bens; por exemplo, a transmissão intergeracional seguia a filiação, ao mesmo tempo em que era influenciada pelas alianças matrimoniais. Ressalta que nem todas as famílias tomavam parte dos três sistemas ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade, pois havia diferenças em função de classe social e entre a natureza do bem, se localizado no meio urbano ou rural. A apropriação doméstica seria o resultado, variável e não necessário, dessas três formas elementares de controle e cada um dos sistemas tinha seus próprios modos de formalização. A apropriação familiar repousava sobre procedimentos contratuais institucionalizados. Já a apropriação funcional baseava-se em mecanismos administrativos de controle do espaço, presentes na documentação escrita do palácio. A apropriação comunal era apoiada em atos de domínio da oralidade entre os membros das comunidades locais, manifestada de forma fraca na documentação contratual e nas cartas oficiais, e, logo, de difícil interpretação.

A seguir, o autor faz referência às diferentes abordagens relacionadas à problemática da apropriação do espaço no contexto das economias antigas. São discutidos os modos de acesso aos bens fundiários, e quais instâncias os controlavam, iniciando com a teoria do monopólio do templo-Estado formulada por A. Deimel,¹ e as duas correntes que a contestavam, sendo a primeira da escola de Leningrado,² que julgava existir um setor comunal, e a segunda que enfatizava as formas de apropriação privada do espaço, de autoria de I.J. Gelb,³ sendo esta última de grande influência no estudo da economia babilônica no II milênio.

(1) DEIMEL, A. Sumerische Tempelwirtschaft zur Zeit Urukaginas und Seine Vorgänger. *Analecta Orientalia*, 2, 1931: 71-113.

(2) Ver os trabalhos de DIAKONOFF, I.M.

(3) GELB, I.J. On the alleged temple and state economies in ancient Mesopotamia. *Studi in Onore di E. Volterra*, 6, Milano, 1969: 137-154.

Na seqüência, são abordadas as correntes formalistas e substantivistas que buscam interpretar as economias antigas. A primeira considera que a economia antiga tem a mesma natureza das economias modernas e a segunda defende a especificidade histórica e prega que a circulação dos bens não ocorre à maneira capitalista, sob a égide da oferta e demanda, mas sim dentro de uma rede complexa de relações sociais e políticas.

A seguir, inicia-se a primeira parte do livro, “Transmissões Patrimoniais”, contendo os capítulos 2 e 3, intitulados respectivamente “Família e transmissão do patrimônio” e “Hierarquia sucessórias e preservação do patrimônio”. Nestes dois capítulos, são estudados os movimentos intergeracionais dos bens e os princípios, e estratégias, que, de diversos modos, agem contra a tendência dispersiva do patrimônio causada pela transmissão via herança.

É analisado o papel dos filhos homens mais novos e das mulheres no que concerne a herança, e as implicações econômicas do dote e das prestações patrimoniais. O autor propõe uma nova consideração sobre a visão tradicional da exclusividade masculina na partilha dos bens, observando que a prática do dote revela-se como mecanismo de inclusão da mulher na partilha do patrimônio, mas é limitado a bens materiais, permanecendo os imóveis com a tendência de preservação na linhagem masculina. Também observa outro fator limitante da pulverização patrimonial: os direitos da primogenitura, que apesar de não excluírem os filhos homens mais novos, oferecem melhores condições para que o filho mais velho reúna uma parte considerável dos bens fundiários da família. Tal privilégio pode ser reforçado pela importância simbólica do primogênito, responsável pelos cultos aos ancestrais e pelos ritos funerários.

Atuavam, então, para evitar a pulverização do patrimônio, o princípio de exclusão baseado no sexo do herdeiro, a diferenciação entre os bens imóveis e móveis e a distinção do primogênito em relação aos outros herdeiros.

A segunda parte do livro, intitulada “Transações Patrimoniais”, engloba os capítulos 4, 5 e 6. O Capítulo 4, “Cartogra-

fia da circulação”, é iniciado com a observação de que certos tipos de terrenos descritos nos contratos de compra e venda são mais presentes do que outros, não correspondendo ao conjunto da apropriação fundiária das famílias: os lotes urbanos e os pomares estão mais representados do que os campos agrícolas que muitas vezes estão ausentes na documentação.

“As práticas de aquisição” é o título do capítulo 5 onde são tratadas as estratégias dos compradores e vendedores e as características básicas do processo de transferência de imóveis em Larsa. O autor observa a ocorrência de maior variação dos preços dos terrenos urbanos se comparado com os rurais. Tal diferença seria fruto de características de cunho social. Por exemplo, o surgimento de uma classe econômica com recursos disponíveis poderia buscar a aquisição de bens imóveis de prestígio como forma de aceitação social. A competição intensa desta classe por esses bens poderia levar à sua escassez e logo, a um aumento de preços. Nos terrenos rurais, os custos de produção teriam um efeito regulador sobre o valor das transações, resultando em um cálculo mais econômico do que subjetivo, logo menos sujeitos a variações de valores.

O capítulo 6, “Os agentes sociais”, último da segunda parte do livro, gira em torno da atuação dos quatro envolvidos nas transações: os compradores, vendedores, testemunhas e os vizinhos do terreno.

A terceira e última parte do livro, intitulada “Tensões Patrimoniais”, é composta pelo capítulo 7, “As intervenções palacianas e a apropriação doméstica”. São mostradas as diversas correntes que buscam interpretar o papel dos templos e dos palácios na economia das sociedades mesopotâmicas. Hoje, é reconhecida a função articuladora dessas instituições na vida econômica da sociedade, mas sem negar o papel relevante dos empreendimentos particulares. Em seguida busca-se compreender quais fatores levam à intervenção do poder real no universo da apropriação do espaço: “seria esta ingerência originada por

crises econômicas ou faria parte da concepção do poder real na Mesopotâmia, onde o soberano é o promotor da justiça social?”.

O autor propõe, com base em duas perguntas, uma nova abordagem acerca da intervenção palaciana na circulação dos terrenos: “quais são as relações sociais eventualmente deterioradas pela circulação dos terrenos e onde se situam exatamente as tensões introduzidas na sociedade pela circulação imobiliária?”.

Com base nos dados, observa que os agentes envolvidos nos negócios possuíam laços de parentesco ou vizinhança, o que leva a acreditar que tal condição seria fundamental para a concretização das transações. Mas tal proximidade entre as partes não necessariamente levaria à inexistência de disputas e tensões futuras originadas pelos negócios por variadas razões. Neste cenário as interferências reais, via decretos (*misharum*) visariam ao “restauração das condições de convivência no interior da comunidade” e não o simples “reequilíbrio social de um mercado institucionalizado”. Tensões sociais seriam lesivas ao poder soberano e desafiadoras a sua imagem de guardião da boa ordem e mantenedora da justiça. Desta forma, os decretos limitariam a corrosão nos níveis básicos de organização da comunidade. Outra motivação seria a de limitar a influência da elite urbana que se beneficiaria com a concentração de terrenos. Nota-se que os decretos atingiam na maior parte os terrenos urbanos, conseqüentemente as elites urbanas.

*
* *
*

A obra nos mostra que não houve uma classe mercantil dominante em Larsa, que teria feito da negociação de terrenos uma fonte de lucros. Em contrapartida nota-se que houve um comportamento aquisitivo cumulativo e voltado para espaços contíguos, em uma área caracterizada por vínculos de parentesco e vizinhança. Os vendedores tendiam a resistir à alienação dos imóveis, e quando ela ocorria,

era de maneira parcial e ao longo dos anos.

Um novo olhar é fornecido pelo livro acerca da visão tradicional da exclusividade masculina na transmissão do patrimônio, através da interação entre o universo das alianças de casamento e das prestações matrimoniais. Pela maneira em que o dote era praticado, foi possível situar a mulher na cadeia de transmissão dos bens, e observar que, visando à manutenção dos bens imóveis na linhagem masculina, o dote era formado por bens mobiliários. Assim pode-se concluir que a mulher não era totalmente excluída do patrimônio de sua família, o que revela certo grau de valorização social da mulher. O dote servia, assim, como ferramenta que evitava a pulverização patrimonial. No mesmo sentido, atuava o fato de que melhores condições eram oferecidas ao primogênito para que este reunisse uma parte considerável dos imóveis da família.

A orientação antropológica, associada ao tratamento serial dos dados quantificáveis presentes nos contratos, permitiu vislumbrar, pela análise das flutuações dos valores em prata e das superfícies dos terrenos, aspectos que o estudo dos documentos de forma isolada dificilmente ofereceria. Assim, nota-se que além da variação mais acentuada dos imóveis urbanos em comparação aos rurais, discutido no capítulo 5, havia a tendência cronológica de queda da dimensão dos terrenos negociados, o que parece reforçar a idéia de uma disposição à divisão dos lotes pelos vendedores e o fato de que os mesmos possuíam a inclinação para vender uma menor quantidade de superfície quando os preços subiam. Furet já atentava para a importância do poder da história quantitativa em alterar o estatuto do documento “*Ele já não existe por si só, mas em relação a uma série que os precede e que os segue. É o seu valor relativo que se torna objetivo e não sua relação com uma inapreensível substância real.*”⁴ As dezenas de gráficos e tabelas

(4) FURET, François. Le quantitatif en histoire. In: Jacques Le Goff; Pierre Nora (Eds.) *Faire de l'histoire*, tome 1, Paris, Gallimard, 1974: 42-61. (47-48).

guiam o leitor na interpretação dos dados seriais ajudando-o no melhor entendimento do texto. A ampla bibliografia reunida ajudará, em muito, futuros pesquisadores do tema. A obra não somente traz uma importante contribuição

para o estudo da relação entre família e patrimônio no II milênio na região, mas também enriquece as escassas fontes de estudo sobre a vida na Mesopotâmia antiga em língua portuguesa.

Recebido para publicação em 12 de outubro de 2007.